

Difusão de arquivos sobre a Cultura em plataformas digitais

Eula D. T. Cabral ⁽¹⁾

Resumo: Em 2021, o grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) da Fundação Casa de Rui Barbosa passou a difundir mais de 2 mil arquivos da área de cultura nas plataformas de repositórios digitais DSpace e Omeka. O objetivo da pesquisa é mostrar a importância de arquivos da área de cultura em plataformas digitais, os critérios de indexação, preservação e estratégias de difusão. A partir de pesquisas bibliográficas e documentais verificou-se que é fundamental organizar e disponibilizar os arquivos da área de Cultura, uma vez que os governos tratam a Cultura sob o ângulo ideológico político, esquecendo que registram a memória e a história do povo; as plataformas DSpace e Omeka, por serem de acesso livre e gratuito, além de organizarem e disponibilizarem a organização dos dados e cada documento, possibilitam o acesso a todos os pesquisadores em qualquer lugar do mundo; a organização dos arquivos documentais e digitais divididos em entes federados, governo federal, política cultural global, produção acadêmica, produção do setor e sociedade civil facilitam a pesquisa.

Palavras chave: Arquivo - Cultura - Plataformas digitais - Arquivos digitais - EPCC.

[Resumos em espanhol e inglês na página 219]

⁽¹⁾ **Eula Dantas Taveira Cabral** é professora do Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos (PPGMA) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Coordenadora do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) da FCRB. Trabalha com pesquisas e projetos nas áreas de Comunicação, Cultura e Informação na FCRB. Email: euladtcmeistrado@gmail.com . Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1180749525319069>

A importância da Cultura no Brasil

O Brasil é um país multiculturalista. Possui 5.570 municípios, com mais de 210 milhões de habitantes com raízes indígenas, negras e misturadas com outros povos, organizados em cinco regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) com 26 Estados e um Distrito Federal (Brasília, a sede do governo brasileiro).

Mesmo sendo rico culturalmente, observa-se que a cultura vem sendo vista pelos governos como algo estratégico politicamente que pode mantê-los ou tirá-los do poder. Mas, por que é vista sob esse ângulo?

De acordo com o pesquisador francês Michel de Certeau (2012, p. 10), cultura é um conjunto de valores que devem ser defendidos, pois “não consiste em receber, mas em realizar o ato pelo qual cada um marca aquilo que outros lhe dão para viver e pensar”. Termo que também pode ser ligado ao homem “culto”, “patrimônio de obras”, entendimento que se tem do mundo em relação ao meio (rural, urbano, nativo etc) ou a época (medieval, contemporânea etc). Sob o ângulo da antropologia cultural está ligado aos “comportamentos, instituições, ideologias e mitos que compõem quadros de referência e cujo conjunto, coerente ou não, caracteriza uma sociedade como diferente das outras” (Certeau, 2012, p. 194). Já para a pesquisadora brasileira Marilena Chaui (2008, p. 57), o conceito cultura, mesmo podendo ser analisado a partir de vários ângulos, como elaboração de símbolos e signos pelas pessoas, instituição de práticas e valores, definindo possível e impossível, o sentido do passado, presente e futuro, também envolve questões como valores entre verdadeiro e falso, justo e injusto, instaurando a ideia de lei, do permitido e proibido etc. A partir da relação com a área comunicacional e sendo incorporada pelo Estado, a cultura, para Chaui, não deve ficar sob o domínio de governos, mas ser instituída como um direito do cidadão. Ao analisar o caso do Brasil, observa-se que sua Constituição federal de 1988, a Lei maior do país, se refere à cultura 63 vezes, criando uma seção exclusiva para explicar o que o Estado entende e valoriza na cultura brasileira, a partir da Seção II - Da Cultura - artigos 215 e 216. Registra, então, que os governos federal, estaduais e municipais devem garantir a todos os brasileiros os direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais, explicando que, no caso dos bens de natureza material e imaterial, estes fazem parte do patrimônio cultural brasileiro, além da importância do Estado promover políticas públicas culturais.

O foco constitucional é fazer com que o Estado garanta a todas as pessoas os direitos culturais, acesso às fontes da cultura nacional e apoie e incentive que sejam valorizadas e difundidas as manifestações culturais. Mas, até que ponto o texto constitucional é levado em consideração pelos políticos brasileiros? Será que a população conhece o texto constitucional e sabe que a cultura é um direito? Em relação ao patrimônio cultural, até que ponto os governos promovem, realmente, a referência à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira?

Desde 2016, a população vem sentindo o impacto político sobre a cultura brasileira. No governo do ex-presidente Michel Temer (2016-2018), o Ministério da Cultura foi extinto por Medida Provisória (MP) n. 726, de 12/5/2016. Porém, sob o protesto da sociedade brasileira, 11 dias depois, dia 23/5/2016, foi restabelecido através da MP n. 728, publicada na edição extra do Diário Oficial da União (DOU).

Com o fim do governo do ex-presidente Michel Temer e com as novas eleições presidenciais, o ex-deputado federal Jair Bolsonaro se tornou Presidente do Brasil e no primeiro dia de seu mandato extinguiu o Ministério da Cultura pela MP n° 870, publicada em edição especial do DOU no dia 1/1/2019. No dia seguinte, a área cultural foi incorporada ao Ministério da Cidadania através da Secretaria Especial de Cultura, conforme Decreto 9.674, de 2/1/2019. Diante de resistências políticas, a Secretaria Especial de Cultura, no mês de

novembro de 2019, foi para o Ministério do Turismo, em conformidade com o Decreto 10.107, de 6/11/2019, onde se mantém até hoje.

Mas, por que tantos embates na área cultural? A Constituição federal de 1988 não coloca a cultura como um direito de todos os brasileiros? O fato é que a cultura lida diretamente com a história, a memória e o cotidiano da sociedade. Nos governos anteriores a 2016 recebeu investimentos e políticas públicas dando visibilidade às ações políticas desses governos considerados de esquerda. Como os novos Presidentes eram de partidos contrários e consideravam que ideologias “comunistas” eram difundidas pela área cultural, resolveram deixá-la em segundo plano.

Porém, com a pandemia do Coronavírus, o cenário cultural se agravou no Brasil, instituições, empresas, artistas e suas atividades ficaram sem recursos financeiros e sem condições de sobreviver. O governo foi levado a criar, no dia 29 de junho de 2020, a Lei n. 14.017, conhecida como Lei Aldir Blanc, sendo regulamentada somente em agosto com o Decreto n.10.464, de 17/8/2020, dispondo ações emergenciais destinadas ao setor cultural durante o estado de calamidade pública. O valor estipulado em R\$3 bilhões deveria ser aplicado em renda mensal aos trabalhadores culturais, aporte mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais etc, além de editais, chamadas públicas, prêmios etc voltados para o setor cultural. O prazo estipulado para o uso dos recursos foi até dezembro de 2021.

Enquanto, por um lado, os artistas e instituições eram sufocados por fechamento e encerramento de atividades e postos de serviço, pelas consequências da pandemia do Coronavírus, por outro, falta de investimentos e de políticas públicas culturais tiravam dos sites das instituições do governo federal Leis e documentos que tinham como objeto a cultura brasileira. Começava o apagamento da legislação na área cultural.

Diante desse cenário, sem documentos acessíveis e com fechamento das instituições, era importante fazer algo em prol da memória da cultura brasileira. E foi em 2016 que a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) cria seu repositório institucional e o setor de Pesquisa em Políticas Culturais junto com a Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão, sediada na FCRB, criam um repositório temático dentro do repositório institucional da FCRB para disponibilizar à sociedade documentos da área de Cultura. Entretanto, a plataforma onde estava hospedado o repositório institucional teve problemas técnicos em 2021 e até hoje está fora do ar. E, para evitar que essa realidade se mantenha, o grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC), em 2021, passou a espelhar os documentos do setor em cinco repositórios gratuitos na plataforma Omeka, preservando digitalmente uma documentação fundamental para a sociedade brasileira.

Difusão de arquivos da área de cultura em plataformas digitais

Em 1990, com a difusão da internet para a sociedade, as instituições científicas se viram obrigadas a fazer parte dessa nova era tecnológica. De acordo com Hélio Kuramoto (2006), um dos destaques foi o Laboratório Nacional de Los Alamos, nos Estados Unidos, que desenvolveu e implantou um repositório digital na área de Ciência da Computação, de Física e Matemática.

Nove anos depois, em 1999, realizou-se a Convenção de Santa Fé, definindo-se especificações técnicas e princípios administrativos, estabelecendo-se interoperabilidade, ou seja, a interação e comunicação entre os repositórios existentes. A partir dali, criou-se a Open Archives Initiative (OAI), trabalhando-se os aspectos técnicos da publicação científica aberta tanto sob o ângulo comercial quanto sob o livre.

Em 2001 a International Telecommunications Union (ITU), agência da Organização das Nações Unidas relacionada ao setor de telecomunicações, concebeu a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI), para acontecer em duas fases: a primeira em dezembro de 2003, em Genebra, e a segunda, em novembro de 2005, em Tunis. De acordo com Adilson Cabral Filho e Eula Cabral (2006), nestas reuniões, vários países se reuniram para debater a utilização de tecnologias de informação envolvendo adoção de softwares proprietários e/ou livres, direitos de propriedade intelectual, segurança da informação, ciberterrorismo, censura na rede e como se daria a governança da Internet.

Após nove anos, em 2010, pesquisadores se reuniram em Paris, no ThatCamp (2010), preocupados com a difusão do conhecimento científico a partir da cultura digital. Verificou-se que as pessoas estavam interessadas na digitalização e que a comunidade científica precisava entrar nessa cultura digital, garantindo acesso livre aos dados, métodos, códigos e resultados científicos. Era o pontapé do Manifesto das Humanidades Digitais.

Organizou-se o campo de Humanidades Digitais, reunindo pesquisadores de várias áreas com objetivo de entender e criar estratégias para produzir e disseminar conhecimento científico com qualidade, de forma gratuita e sem barreiras para adaptar softwares em prol da melhoria das plataformas científicas, além de disponibilizar dados e metadados dos documentos utilizados na investigação científica.

Esse despertar para difusão do conhecimento científico, partindo-se de todas as possibilidades oferecidas pelo digital, fez com que muitas instituições de ensino e pesquisa investissem em softwares e plataformas de acesso livre e gratuito. E, no caso do Brasil, que já tem registrado em sua Constituição federal de 1988 que é dever do Estado promover e proporcionar educação, ensino, pesquisa etc, e até cultura à população, que um de seus Ministérios, o de Ciência, Tecnologia e Inovações, passou a se unir a outros ministérios e a investir em meios que auxiliassem as instituições científicas a difundirem conhecimento científico produzido.

De acordo com o pesquisador Hélio Kuramoto (2006), que trabalhou no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), instituição brasileira que investe na difusão digital do conhecimento científico, no caso de governos que financiam as pesquisas em seus países, compartilhar conhecimento científico em softwares livres, abertos e gratuitos consolida a importância de partilhar com a sociedade as pesquisas científicas financiadas pelo Estado. Entretanto, não se pode ignorar que nem todo conhecimento científico tem investimento do governo. Muitos programas de pós-graduação são pagos e seus integrantes também financiam totalmente as investigações científicas que realizam. Então, tornava-se fundamental entender que nem todas as pesquisas científicas poderiam ser levadas gratuitamente à sociedade. Era preciso estudar e entender como e o que levar. Mas, o pressuposto defendido por Kuramoto (2006) tem relação com o desenvolvimento do *Open Archives*, em 2003, que possibilitava coletar e disponibilizar à sociedade os metadados de cada documento, além do desenvolvimento de ferramentas que levaram à

construção de repositórios digitais e publicações periódicas eletrônicas. Resultado da Declaração de Bethesda, de 2003, que defendia que as pesquisas financiadas com recursos públicos deveriam ser de livre acesso, definindo-se, assim, que no conceito acesso livre o autor e detentor de direitos de reprodução (copyright) deveriam conceder aos usuários o acesso livre ao trabalho, além da licença de cópia, uso, distribuição, transmissão e exibição pública, etc e ainda de produzir e distribuir trabalhos dele derivados, em qualquer meio digital, e o direito de produção de uma pequena quantidade de cópias impressas para uso pessoal. É importante ressaltar, ainda, que, no caso do Brasil, em 2005 foi feito o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica. Segundo o pesquisador Hélio Kuramoto (2006), neste documento trabalhou-se com uma série de recomendações às universidades, institutos de pesquisa, associações e sociedades científicas, pesquisadores, agências de fomento, instituições governamentais ligadas à ciência, tecnologia e educação, editores não-comerciais de revistas científicas e editores comerciais de revistas científicas. O foco foi conscientizar e sensibilizar todos para a questão do livre acesso dos resultados de pesquisas científicas.

Em 2005, de acordo com o levantamento feito por Hélio Kuramoto (2006), o Brasil já ocupava o quarto lugar em quantidade de repositórios de acesso livre, ficando atrás dos Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha. E graças ao trabalho desenvolvido pelo IBICT, instituições brasileiras de ensino e pesquisa foram incentivadas, recebendo treinamento e softwares livres para construir seus repositórios institucionais, disponibilizando, assim, o conhecimento científico à sociedade.

Mas, o que é um repositório digital (RD) e como compartilhar os documentos com a sociedade?

De acordo com o portal OasisBr (2022), do IBICT, o repositório digital é uma base de dados que reúne organizadamente a produção científica, a partir de arquivos em diversos formatos, de uma instituição ou área temática de pesquisa. Proporciona visibilidade às pesquisas, possibilitando preservação da memória científica institucional.

Para Shintaku e Meirelles (2010), ao explicarem a importância da plataforma Omeka, registram que o repositório digital (RD) é um sistema que proporciona o depósito e acesso do material digital, facilitando o gerenciamento e preservação dos objetos/documentos digitais, sendo sua principal característica dar visibilidade à produção intelectual da instituição e seus pesquisadores. Assim, armazena, organiza, preserva, recupera e dissemina a informação científica da instituição.

É diferente da biblioteca digital (BD), uma vez que uma BD se caracteriza pela integração de “coleções, serviços e pessoas na sustentação do ciclo de vida completo de criação, disseminação, uso e preservação de dados, informação e conhecimento”, como explicou Paul Duguid (1997). Além disso, é importante enfatizar que a BD trabalha, ao mesmo tempo, com acervos e temáticas variadas de autores de diversas instituições, diferentemente do RD. Trabalhar, então, com RD é um desafio. Pois, será preciso conhecer e usar plataformas específicas, garantindo gerenciamento, armazenamento, organização, preservação, recuperação e disseminação de dados das coleções de arquivos. Além disso, que promova interatividade, acessibilidade e compartilhamento, garantindo o acesso aberto e contínuo. Algo que se resultará nas seguintes vantagens: curadoria digital, através da organização e identificação do material; identificação dos dados, através dos metadados; visibilidade

e acesso ao material disponibilizado; preservação e armazenamento digitais adequados e compartilhamento do material.

Assim, é fundamental escolher uma plataforma de acesso aberto preparada para repositórios, como DSpace e Omeka, verificando os tipos e formatos de materiais que aceitam, e que tipo de repositório será adotado, se será institucional ou temático. A partir daí, é preciso analisar, definir e organizar o material em coleções, comunidades etc; definir os metadados; seguindo como estratégias de trabalho a coleta, seleção, organização, catalogação, arquivamento, gerenciamento, armazenamento, disponibilização e compartilhamento; trabalhando com uma boa equipe, que seja multidisciplinar, que deverá planejar e dividir as tarefas entre todos os participantes.

Esses cuidados são fundamentais porque a internet também é uma fonte fundamental de informação. Se as instituições disponibilizam a produção intelectual de forma aberta por meio do movimento de acesso livre (Open Access), possibilitam que seus acervos, principalmente os resultados das pesquisas científicas, sejam disponibilizados à sociedade. Como relembra Fernando Leite (2009), o repositório institucional acaba se constituindo um serviço de informação científica em ambiente digital, gerenciando sua produção intelectual. Duas plataformas se destacam na produção de repositórios digitais: DSpace e Omeka. No caso do DSpace, é um software livre produzido pelo Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) junto com a Hewlett-Packard (HP) para atender às necessidades de transformações na comunicação científica, uma vez que era preciso disseminar a literatura científica publicada em periódicos. Sua primeira instalação foi em 2002. De acordo com seu manual (2010), ele gerencia e preserva objetos digitais, fornecendo facilidades de recuperação e disponibilização aos usuários de documentos digitais de forma facilitada. Ele se adapta nas funções de armazenamento, gerenciamento, preservação e catalogação de arquivos nas extensões .pdf, .doc, mp3, .mp4 e .jpg.

O DSpace é organizado a partir de comunidades, subcomunidades, coleções e itens. Estrutura que consegue sistematizar o acervo, facilitar a recuperação dos objetos digitais depositados, agrupar documentos em coleções e subcomunidades e coleções em comunidades. Já o Omeka, é uma ferramenta de código aberto que também facilita a disseminação de documentos digitais, permitindo a criação e gestão de coleções digitais e sua integração com repositórios já existentes, destaque a determinados documentos de uma biblioteca digital e curadoria de coleções digitais.

De acordo com o Guia do usuário do Omeka (2018), sua infraestrutura leva em consideração o sistema operacional Linux, Windows ou Mac OS X, servidor Apache HTTP, um sistema de banco de dados MySQL 5.0 ou superior, PHP 5.3 ou superior e aplicação para apresentação de imagens ImageMagik. Suas funcionalidades são classificadas como públicas ou restritas. As públicas estão relacionadas às exposições e à apresentação de itens que compõem as coleções. Já as restritas, voltam-se para a administração do sistema, envolvendo a configuração dos seus parâmetros de funcionamento e gestão do acervo.

As configurações são fáceis e podem ser feitas diretamente na interface do sistema, a partir de formulários. As coleções organizarão o acervo, a partir da adição de itens. Assim, permite que o acervo seja organizado em coleções com vários itens, seguindo o padrão de metadados Dublin Core, utilizado para muitos protocolos de interoperabilidade, facilitando o intercâmbio de informações com outros sistemas que utilizam o mesmo padrão.

Definida a plataforma (DSpace, Omeka etc), faz-se de vital importância identificar os temas para fazer a coleta do material que será organizado. Além disso, em que locais podem ser encontrados esses dados, se o documento que será incorporado é nato-digital ou digitalizado, que tipos (texto, imagem, áudio etc) e como serão organizados os dados. Essa organização da coleta é fundamental.

No caso dos repositórios que vêm sendo feitos no setor de Pesquisa em Políticas Culturais da FCRB, a coleta de documentos é dividida entre os bolsistas e voluntários dos projetos e armazenados em uma pasta no drive. Levam-se em consideração documentos oficiais produzidos pelos governos municipal, estadual e federal; e pela sociedade civil, como ONGs, além de resultados de pesquisas registrados em monografias, dissertações, teses, livros, artigos etc.

Após a coleta de dados, trabalha-se com a distribuição dos documentos, organizando-os a partir de metadados, que descrevem o título, autor, data de publicação, localização, idioma, origem do documento, palavras-chave etc, realizando, assim, a indexação. É importante ressaltar que metadados são informações que conseguem descrever, localizar e permitir a recuperação, utilização e gerenciamento dos objetos digitais. Eles descrevem e organizam outros dados em um só lugar. De acordo com Nhacuongue (2015), eles conseguem assegurar qualidade, localização, acesso e preservação da informação.

O conceito metadado foi feito por Jack E. Meyers em 1969, sendo registrado em 1986 como marca dos Estados Unidos. É usado por diversas áreas, como Ciência da Computação, Estatística, Ciência da Informação e Banco de Dados. Pesquisas e trabalhos feitos por Leite (2009), Martins (2020) e Cabral e Teixeira (2022) explicam melhor a importância e como trabalhar com os metadados. Também vale a pena verificar as cinco aulas sobre repositórios digitais ministradas por representantes do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC), em 2021, descritas na Bibliografia deste artigo. As informações dos principais metadados, como título do documento, autor do documento, data de publicação do documento, localização, idioma, origem do documento, dentre outras, são preenchidas na indexação. Em muitos casos, alguns metadados podem ser previamente fixados, como palavras-chave (subject) e autores (author).

De acordo com Fernando Leite (2009), nos repositórios institucionais os metadados são colocados em cada item armazenado, facilitando a pesquisa de conteúdos relevantes, pois cada um tem um propósito específico. Assim, é importante que se entenda sua importância no meio digital, pois permite acesso e interpretação dos recursos informacionais digitais, processos de gestão, como o de coleções de obras impressas. Em relação aos repositórios temáticos, de acordo com o Manual do DSpace (2010), os documentos são depositados a partir do tema, algo que facilita a organização, o acesso e a preservação.

Entendendo assim um pouco da importância dos repositórios digitais e da realidade do Brasil em relação à cultura, é importante entender os projetos que vêm sendo realizados na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) em relação aos documentos culturais.

Repositórios de documentos culturais no setor de Políticas Culturais da FCRB

Em 2016, ano em que o Ministério da Cultura estava sendo ameaçado de ser extinguido no Brasil, a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) lançou seu repositório institucional, o Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais (RUBI). Nasceu com o objetivo de promover, disponibilizar e preservar seus acervos memoriais e institucionais, além dos resultados de pesquisa de seus funcionários e bolsistas, além dos eventos científicos, incentivando a produção do conhecimento, o livre acesso da informação, a gestão e divulgação dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, e a produção intelectual técnico-científica em uma plataforma digital. Sua meta é incentivar a circulação do conhecimento, fortalecendo o compromisso institucional com o livre acesso de dados técnico-científicos. A plataforma escolhida foi o DSpace, organizando seus acervos em comunidades, subcomunidades e coleções. O padrão de metadados do RUBI é o Dublin Core, possibilitando o acesso e a comunicação entre os sistemas e a criação de outros metadados, conforme a necessidade na indexação de diferentes tipos de documentos. A coordenação do RUBI foi feita pela funcionária da FCRB e ex-diretora de seu Centro de Memória e Informação (CMI), Ana Lígia Medeiros. Seu endereço eletrônico é <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br>. Além de ser consultado por brasileiros que estão no Brasil, também é acessado por pessoas em vários países como Portugal e Estados Unidos.

No mesmo ano em que foi lançado o repositório institucional da FCRB, foi criada na instituição a Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão e, a partir da parceria com o setor de Políticas Culturais, foi criado, dentro do RUBI, um repositório temático, o Repositório do Centro de Referência de Políticas Culturais (<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/2003>).

O Repositório do Centro de Referência de Políticas Culturais da FCRB, como uma das ações da Cátedra Unesco, disponibiliza documentos relacionados à área de políticas culturais em formato aberto e livre, sejam criados pelo Estado ou pela sociedade civil, facilitando o estudo sobre a cultura no Brasil. É organizado como uma das comunidades do RUBI, tendo destaque na página principal do repositório institucional.

Dentro do RUBI, o Centro de Referência de Políticas Culturais é dividido em sete subcomunidades e 15 coleções, organizando mais de 2500 documentos. As subcomunidades são: Cátedra; Entes Federados; Governo Federal; Política Cultural Global; Produção Acadêmica; Produção do Setor de Pesquisa em Políticas Culturais/FCRB; e Sociedade Civil.

A subcomunidade “Cátedra” reúne documentos produzidos pela Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão organizados a partir de duas coleções. A primeira é “Gestão Cátedra” que envolve os dados de sua administração; e a segunda é “Produção Cátedra”, com materiais produzidos na Cátedra.

A segunda subcomunidade é “Entes federados” com dados sobre políticas públicas de cultura dos governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios responsáveis pela gestão pública da cultura. Assim, esse material é dividido em duas coleções: “Estados e DF”, onde são disponibilizados os materiais dos 26 Estados e do Distrito Federal, sede do governo brasileiro; e “Municípios”, que envolvem as 5.570 cidades brasileiras.

A terceira subcomunidade é “Governo Federal” com dados sobre as políticas públicas na área de Cultura que envolvem Ministérios, secretarias etc. É dividida em três coleções: “Ministério da Cultura (MinC)”, com dados desde 1985, ano em que surgiu; “Ministério da Educação (1930-85)”, que trabalhou com a área cultural brasileira durante o período de 1930 a 1985; e “Secretaria Especial da Cultura”, com dados a partir de 2019.

A quarta subcomunidade é “Política Cultural Global” com dados sobre políticas culturais e gestão da cultura dos organismos públicos e sociedades internacionais, como ONU, Mercosul etc. É dividida em duas coleções: “Ações política cultural global” com documentos sobre ações de entidades e comunidades internacionais; e “Marcos legais”, englobando acordos, convenções etc.

A quinta subcomunidade é “Produção acadêmica”, dividida em duas coleções: “Livros e capítulos” com publicações digitais de livros e capítulos sobre a temática; e “Teses, dissertações e monografias”, disponibilizando os resultados de pesquisa sobre políticas culturais e/ou gestão da cultura dos cursos de graduação e pós-graduação.

“Produção do Setor de Pesquisa em Políticas Culturais/FCRB” é a sexta subcomunidade, disponibilizando o material produzido pelo setor em duas coleções. A primeira é “Audiovisual” com vídeos, fotografias e apresentações de slides; e a segunda é “Textual”, com estudos, artigos, relatórios, anais etc.

A sétima e última subcomunidade do Repositório do Centro de Referência de Políticas Culturais da FCRB é “Sociedade civil”, dividida em duas coleções: “Ações e projetos Sociedade Civil” e “Divulgação Sociedade Civil” com materiais informativos e de divulgação das atividades e projetos sobre políticas culturais e gestão da cultura.

O Repositório do Centro de Referência de Políticas Culturais disponibiliza mais de 2.500 documentos, possibilitando a consulta, o acesso e o download do documento, democratizando, assim, seu conteúdo através do acesso livre e gratuito, além de sua preservação. Vantagens que só fortalecem a pesquisa e o conhecimento sobre a cultura brasileira.

Entretanto, ter um repositório temático dentro de um repositório institucional pode se tornar um risco se a direção da instituição for contra sua manutenção, uma vez que sua instalação e manutenção não são gratuitas, exigindo investimentos financeiros.

Diante disso, para que os documentos organizados no RUBI não ficassem nas mãos apenas das direções institucionais, eles foram levantados a partir de projetos de pesquisa coordenados por funcionários com o título de Doutorado, supervisionando o trabalho de bolsistas graduados e pós-graduados.

O primeiro projeto de pesquisa que levou à criação e manutenção do Centro de Referência de Políticas Culturais foi “Políticas Culturais e contemporaneidade: criação de um centro de referência e de estudos em Política Culturais 2016-2020”, coordenado, no primeiro momento, por Lia Calabre, em seguida por Adélia Zimbrão e em seus meses finais por Eula Cabral. Seu objetivo era construir o Centro de Referência, disponibilizando informações em um repositório próprio hospedado na Fundação Casa de Rui Barbosa, ampliando o acesso aos diversos estudos existentes.

Com o fim do primeiro projeto, foi feito um novo projeto abarcando o Centro de Referência de Políticas Culturais no RUBI e criando cinco novos repositórios na plataforma Omeka, espelhando os documentos nos duas plataformas (DSpace e Omeka). “Cultura, Comunicação e Informação na era digital” (2021) é idealizado e coordenado por Eula

Cabral. Seu objetivo é mostrar como a cultura, a comunicação e a informação são encaradas pela sociedade, políticos e empresários na era digital. Leva-se em consideração as questões sociais, culturais, políticas, econômicas e tecnológicas, verificando-se como vem sendo tratado o tema pela ciência, pelo empresariado e pelo governo a partir de pesquisas bibliográficas, documentais, entrevistas e estudos de casos.

Assim, para tentar entender como a cultura, a comunicação e a informação são encaradas pela sociedade, políticos e empresários na era digital e a importância da digitalização, da preservação e de sua democratização, o projeto “Cultura, Comunicação e Informação na era digital” trabalha com os métodos Quantitativo e Qualitativo, através de Estudos de Caso e pesquisas exploratória e descritiva, sendo uma das estratégias de pesquisa a manutenção e divulgação do material publicado no Centro de Referência de Políticas Culturais, espelhando-o em outras plataformas, como o Omeka, para que a memória cultural do Brasil seja mantida.

Assim, os membros do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC), da Fundação Casa de Rui Barbosa, que é registrado no diretório dos grupos de pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), faz parte do setor de Pesquisa em Políticas Culturais e vem trabalhando com mais de 2.500 arquivos da área de cultura nas plataformas de repositórios digitais DSpace e Omeka.

Como já foi mostrado no texto, primeiro o grupo trabalha com a coleta dos documentos e, a partir da definição dos metadados, faz a indexação, cuidando que sua preservação seja feita e o disponibilizam nos repositórios do grupo. O do DSpace é o “Centro de Referência de Políticas Culturais” (<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/2003>) hospedado no repositório institucional da FCRB que, no momento, está fora do ar.

Na plataforma Omeka foram feitos cinco repositórios (ainda em processo de produção): Política Cultural Global; Produção científica sobre cultura; Cultura nacional; Cultura regional; e Cultura e sociedade civil.

No repositório “Política Cultural Global” (politicaculturalglobal.omeka.net) estão sendo colocados os documentos disponibilizados na subcomunidade do repositório “Centro de Referência de Políticas Culturais” (<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/2003>). Ou seja, estão sendo espelhados dados, documentos, legislação e pesquisas sobre políticas culturais e gestão da cultura dos organismos públicos e sociedades internacionais, como ONU, Mercosul etc.

“Produção científica sobre cultura” (producaocientificacultura.omeka.net) engloba todos os documentos das subcomunidades do repositório “Centro de Referência de Políticas Culturais”, que está hospedado no repositório institucional da FCRB: “Produção acadêmica”, com publicações digitais de livros, capítulos, teses, dissertações e monografias sobre políticas culturais, gestão e direito à cultura; e toda a “produção do Setor de Pesquisa em Políticas Culturais/FCRB”.

O terceiro repositório do Omeka é “Cultura nacional” (culturanacional.omeka.net) que engloba todos os documentos da terceira subcomunidade, “Governo Federal”, do repositório “Centro de Referência de Políticas Culturais”, que está hospedado no repositório institucional da FCRB. São dados e documentos sobre as políticas públicas na área de Cultura que envolvem Ministérios, secretarias etc., como o Ministério da Cultura (MinC), Ministério da Educação (1930-85) e Secretaria Especial da Cultura, com dados a partir de 2019.

O quarto repositório do Omeka é “Cultura regional” (culturaregional.omeka.net), espelhando os documentos da segunda subcomunidade, “Entes federados”, do repositório “Centro de Referência de Políticas Culturais”, hospedado no repositório institucional da FCRB. Disponibiliza dados sobre políticas públicas de cultura dos governos dos 26 Estados, Distrito Federal e dos 5.570 municípios brasileiros.

O quinto e último repositório do Omeka é “Cultura e sociedade civil” (<https://culturasociedadecivil.omeka.net/>) com o espelhamento dos dados da subcomunidade do Repositório do Centro de Referência de Políticas Culturais da FCRB: “Sociedade civil”. São apresentados documentos, materiais informativos, etc sobre ações, projetos e divulgação da sociedade civil.

Mesmo sendo bastante trabalhoso, o grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) vem se empenhando nessa missão de organizar e disponibilizar os arquivos da área de Cultura do Brasil para que pesquisadores tenham acesso a esse rico material científico e para que a sociedade entenda que a cultura é um direito de todo(a) e que é preciso se manter políticas públicas culturais.

Os repositórios digitais de acesso livre e gratuito organizam e disponibilizam dados e documentos científicos digitais, possibilitando o acesso a todas as pessoas em qualquer lugar do mundo. Além disso, quebram barreiras “montadas” entre a ciência e a população, permitindo que qualquer cidadão tenha acesso aos resultados das pesquisas científicas que explicam o cotidiano da sociedade e contribuem para a melhoria de vida de todo(a)s.

Bibliografia

- Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Planalto. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Cabral, E. D. T., (2020a). O cenário da Cultura e da Comunicação no Brasil. En Cabral, E. D. T. (org). Panorama reflexivo da Cultura e da Comunicação. Divinópolis (MG): Meus Ritmos Editora. Disponível em <https://pesquisaicfcrb.wixsite.com/epcc/pesquisas>
- Cabral, E. D. T.(2020b). Comunicação, cultura e informação como direitos humanos. En Cabral, E. D. T. (org). Comunicação, cultura e informação em perspectiva. Divinópolis (MG): Meus Ritmos Editora. Disponível em <https://pesquisaicfcrb.wixsite.com/epcc/pesquisas>
- Cabral, E. D. T.; Teixeira, M. F. Oficina sobre os repositórios digitais do EPCC. 24/01/2022. Oficina online. 35 p. Disponível em <https://pesquisaicfcrb.wixsite.com/epcc/pesquisas>
- Cabral, E. D. T.; Albérico, A.; Cruz, I. (9/4/2021). Curso EPCC - Repositórios Digitais Culturais. Aula 1 - Repositórios digitais. Canal no Youtube EPCC Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Zxllf7QkhdC&list=PLtZZqjGsv4jfGhMx_Y1jWpHxfy8csqFDM&index=2
- Cabral, E. D. T.; Albérico, A.; Teixeira, M. F. (16/4/2021). Curso EPCC - Repositórios Digitais Culturais. Aula 2 - Como levantar/coletar documentos. Canal no Youtube EPCC Brasil. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=9eY6LyJOG58&list=PLtZZqjGsv4jfGhMx_Y1jWpHxfy8csqFDM

- Cabral, E. D. T.; Albérico, A.; Teixeira, M. F. (23/4/2021). Curso EPCC - Repositórios Digitais Culturais. Aula 3 - Metadados. Canal no Youtube EPCC Brasil. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=zwJFZU66XFU&list=PLtZZqjGsv4jfGhMx_Y1jWpHxfy8csqFDM&index=5
- Cabral, E. D. T.; Teixeira, M. F.; Albérico, A.; Cruz, I. (30/4/2021). Curso EPCC - Repositórios Digitais Culturais. Aula 4 - DSPACE - RUBI - Centro de Referência de Políticas Culturais. Canal no Youtube EPCC Brasil. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=YTm867glBAw&list=PLtZZqjGsv4jfGhMx_Y1jWpHxfy8csqFDM&index=4
- Cabral, E. D. T.; Teixeira, M. F.; Albérico, A.; Cruz, I. (7/5/2021). Curso EPCC - Repositórios Digitais Culturais. Aula 5 - OMEKA - Centro de Referência de Políticas Culturais. Canal no Youtube EPCC Brasil. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=VOSorXAvF40&list=PLtZZqjGsv4jfGhMx_Y1jWpHxfy8csqFDM&index=3
- Cabral Filho, A.; Cabral, E. D. T. (2006). Não começou em Genebra, não vai terminar em Tunis: desafios a partir das organizações da sociedade civil para concretizar a sociedade da informação e do conhecimento. EPTIC: *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. Vol. VIII, n. 1, ene. – abr. Disponível em <https://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/298/285>
- Certeau, M. (2012). *A Cultura no Plural*. Trad. Enid A. Dobránszky. 7 ed. Campinas: Papirus.
- Duguid, P. (1997). Report of the Santa Fe Planning Workshop on Distributed Knowledge Work Environments: Digital Libraries. University of Michigan School of Information, Sept./1997. Disponível em: <http://www.si.umich.edu/SantaFe/>.
- Kuramoto, H. (2006). Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. Brasília: *Revista Ciência da Informação*, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago.. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ci/a/RcPCvVSyQ6dx7RcmJFLnbxL/?lang=pt#>
- Leite, F. C. L. (2009). Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009. Disponível em <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/775>
- Martins, M. S. (2020). Curadoria digital nos acervos de cultura e memória: Coleção Digital Campanha Civilista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2020. Produto técnico-científico (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) - Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em http://www.rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/16695/1/DISSERTAÇÃO_Maria%20Madalena%20Schmid%20Martins.pdf
- Nhacuongue, J. A. (2015). O campo da Ciência da Informação: contribuições, desafios e perspectivas da mineração de dados para o conhecimento pós-moderno. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/126578>.
- OASISBR (2022). Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto. IBICT. Disponível em <http://sitedhistorico.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais>
- Shintaku, M.; Gomes, R. F.; Brito, R. F. (2018). *Guia do usuário do Omeka*. Brasília: Ibict.
- Shintaku, M.; Meirelles, R. (2010). *Manual do DSpace: administração de repositórios*. Salvador: EDUFBA.

Thatcamp (2011). Manifesto das Humanidades Digitais. ThatCamp [The Humanities and Technology Camp]. Paris. Disponível em <http://tcp.hypotheses.org/category/manifeste>.

Resumen: En 2021, el grupo de investigación Economía Política de la Comunicación y la Cultura (EPCC) de la Fundación Casa de Rui Barbosa comenzó a difundir más de 2.000 archivos en el área de Cultura en las plataformas de repositorios digitales DSpace y Omeka. El objetivo de la investigación es mostrar la importancia de los archivos en el área de la Cultura en las plataformas digitales, los criterios para las estrategias de indexación, preservación y difusión. A partir de la investigación bibliográfica y documental, se encontró que es fundamental organizar y poner a disposición los archivos en el área de la Cultura, ya que los gobiernos tratan la Cultura desde un ángulo político ideológico, olvidando que registran la memoria y la historia de los pueblos; las plataformas DSpace y Omeka, por ser de acceso libre y gratuito, además de organizar y poner a disposición la organización de los datos y cada documento, permiten el acceso a todos los investigadores de cualquier parte del mundo; la organización de archivos documentales y digitales divididos en entidades federativas, gobierno federal, política cultural global, producción académica, producción sectorial y sociedad civil facilitan la investigación.

Palabras clave: Archivo – Cultura - plataformas digitales - archivos digitales - EPCC.

Abstract: In 2021, the research group Political Economy of Communication and Culture (EPCC) of the Casa de Rui Barbosa Foundation began to disseminate more than 2,000 files in the area of Culture on the digital repository platforms DSpace and Omeka. The objective of the research is to show the importance of archives in the area of Culture in digital platforms, the criteria for indexing, preservation and dissemination strategies. Based on bibliographic and documental research, it was found that it is essential to organize and make available the archives in the area of Culture, since governments treat Culture from a political ideological angle, forgetting that they record the memory and history of the people; the DSpace and Omeka platforms, as they are free and open access, in addition to organizing and making available the organization of data and of each document, enabling access to all researchers anywhere in the world; the organization of documental and digital files divided into federated entities, federal government, global cultural policy, academic production, sector production and civil society make the research easier.

Keywords: Archive – Culture - Digital platforms - Digital archives - EPCC.

[Las traducciones de los abstracts fueron supervisadas por el autor de cada artículo]
